



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

O PÚBLICO E O PRIVADO NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADE

MARIA CONCEICAO SARMENTO PADIAL MACHADO¹

JUCILENE BRITO SILVA²

RESUMO

Exposição de pesquisa realizada para a apreensão da relação entre público e privado na constituição do município de Caldas Novas. O homem, como ser social e político dotado de necessidades coletivas e individuais numa sociedade complexa, tece uma realidade onde está presente a contradição entre as necessidades e interesses individuais no âmbito da vida privada e as relações sociais inerentes ao ser social e político.

Palavras Chaves: Interesse público; interesse privado, cidade.

ABSTRACT

Exhibition of research carried out to understand the relationship between public and private in the constitution of the municipality of Caldas Novas. Man, as a social and political being endowed with collective and individual needs in a complex society, weaves a reality where the contradiction between individual needs and interests within the scope of private life and the social relations inherent to the social and political being is present.

Keywords: Public interest; private interest, city.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do processo de apropriação do público pelo privado no desenvolvimento da cidade de Caldas Novas, cuja motivação de seu crescimento populacional e econômico acelerado, no século XX – especialmente após os anos 1960 – é motivado pela exploração de seus recursos termais. A dificuldade, e talvez até a impossibilidade, de se estabelecer limites entre público e privado na modernidade é a questão de que o homem,

¹ Pontifícia Universidade Católica de Goiás

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como ser social e político dotado de necessidades coletivas e individuais numa sociedade complexa, tece uma realidade onde está presente a contradição entre as necessidades e interesses individuais no âmbito da vida privada e as relações sociais inerentes ao ser que se relaciona com o meio ambiente, com os outros homens e consigo mesmo; constituindo assim espaços que são comuns a todos, os espaços públicos.

O crescimento social e econômico a partir da industrialização ocorreu de forma diversificada nos diferentes locais. Em Caldas Novas, o desenvolvimento, ao invés de ter como marco propulsor à industrialização ou mesmo a comercialização de produtos agropecuários, foi motivado, quase que exclusivamente, pela exploração de recursos minerais. Nos primórdios do Município de Caldas Novas a mineração do ouro não foi suficiente para criar um desenvolvimento social e econômico local, foi o reconhecimento do uso das águas termais para tratamento de saúde e, posteriormente, a exploração deste recurso natural por atividades turísticas que possibilitou esse desenvolvimento com sucesso financeiro para investidores de outras localidades, aumento acelerado de postos de trabalho na prestação de serviços, incorporação de uma diversidade cultural proveniente do fluxo migratório e o aumento das desigualdades econômicas e sociais.

Esteve presente, desde o início do processo de formação e desenvolvimento desta cidade, a apropriação privada de espaços públicos para atender os interesses individuais de enriquecimento por meio da exploração dos recursos hidrotermais, e ainda algumas áreas públicas, resultado do processo de urbanização, como ruas e calçadas constantemente encontram-se ocupadas pelo comércio. O que há de universal nesta realidade, em que pese às especificidades históricas da construção de cada uma das cidades, é o mercado como elemento determinante desta apropriação dos espaços públicos como meio de privatização da exploração dos recursos naturais ou mesmo a utilização do espaço como um meio de geração de renda.

A condição humana entre a vida pública e privada

Arendt (2007), partindo de suas experiências e uma reflexão sobre “o que estamos fazendo” fez um estudo sobre a condição humana com elementos fundamentados na Grécia antiga, quando o homem começa a viver nas cidades. Para a autora, a *vita activa* do homem apresenta três condições básicas: o labor, o trabalho e a ação. Os dois primeiros termos – labor e trabalho – que em português são considerados sinônimos, para a autora apresentam concepções



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diferenciadas, isto é “labor é a própria vida”, uma vez que são as atividades biológicas desenvolvidas pelo homem. O trabalho corresponde às atividades artificiais do homem e é por meio do trabalho que o homem constrói o mundo em que vive; entretanto nem sempre esta atividade corresponde ao suprimento de suas necessidades orgânicas. E finalmente, ação é a atividade em que os homens interagem entre si e neste processo os homens se relacionam e se tornam um ser genérico e político.

Na modernidade, em uma sociedade complexa, a distinção entre as esferas privada e pública diluiu-se à medida que os homens se libertaram do reducionismo da reprodução biológica. Neste processo emerge a vida social, onde algumas questões específicas da esfera pública tomam a conotação de coisa privada e as necessidades restritas na esfera privada tornam-se públicas.

A política que, em princípio, seria o *locus* por excelência do exercício da vida pública, passa a ser destinado às atividades administrativas do Estado. A questão entre o público e privado não se restringe ao cenário da cidade, entretanto, é neste local onde as contradições aparecem de forma mais acirrada, pois a sociedade historicamente incorpora novos elementos que a tornam mais complexa e os espaços são compartilhados por um número maior de pessoas que apresentam necessidades e atividades diferenciadas. Além disso, está presente na cidade uma diversidade cultural proveniente da migração de um contingente populacional originário da zona rural, de outros municípios, outros estados e outros países. Isto ocasiona um caleidoscópio social, político e cultural que obscurece ainda mais os limites entre o público e o privado.

Destacamos dois fenômenos com relação ao termo “público”. Primeiro, “tudo aquilo que é público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Segundo, trata-se do que é comum a todos nós. “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros” (ARENDT, 2007, p. 59, 62). Assim como para Arendt há concepções diversificadas para o termo público, de acordo com Habermas (1984), a palavra “público” apresenta uma série de significados. Público, por exemplo, são considerados espaços físicos e eventos que extrapolam as sociedades fechadas e são acessíveis a toda população; convencionou-se como prédio público às edificações que abrigam as instituições do Estado, bem como parques, museus, bibliotecas etc. Por sua vez, o Estado é o “poder público”, isto é, concretiza a atribuição de garantir o interesse público e o bem público. Ainda, o termo “público” também é utilizado quando uma pessoa é conhecida e reconhecida por grande parte da população – diz-se que o cidadão é uma “pessoa pública”. O mesmo pode ocorrer

com um evento, uma comemoração, um acontecimento. Há ainda referência à “opinião pública”, para expressar a voz de grande parte da população.

Com relação à categoria “privado”, a origem do termo, *privus*, vem do latim e do direito Romano, e, significa particular. O termo inicial deu origem às palavras *privatos* (particular) e *privus-lex* ou *privilegium* (lei para o particular, privilégio).

Nos referirmos a espaço público ou coisa pública levamos em consideração tudo aquilo que, em princípio, deve estar disponível a toda a população. E, espaço privado, é o *lócus* onde se reproduz as relações pessoais e familiares, cujo atendimento dos interesses fica restrito a determinados indivíduos que mantêm relações de parentesco, compadrio ou amizade. Entretanto, os conceitos de esfera pública e privada apresentam especificidades de acordo com o local, momento histórico, conjuntural e cultural. E ainda, estabelecem entre si, uma relação, de tal modo imbricada, que a dimensão pública só existe em relação à privada, e esta em relação à pública. Em Caldas Novas essa situação evidenciou-se na medida em que a economia do Município decorrente da exploração comercial de recursos naturais e a própria administração pública prevaricou em favor de alguns moradores proprietários ou investidores financeiros.

Esta situação não é isolada, no início, a própria colonização do Brasil foi constituída pela apropriação de um território público – pois, era comum aos povos das nações indígenas – para a formação de novos territórios destinados aos indivíduos para a ampliação do mercado consumidor, em atendimento aos interesses políticos e econômicos de Portugal, para garantir o desenvolvimento da metrópole. Com a transformação do território brasileiro em Colônia, as riquezas aqui encontradas ou mesmo produzidas eram de propriedade da Coroa portuguesa e a apropriação se dava por meio dos representantes de Portugal no Brasil. No primeiro reinado, a autonomia municipal ficou restrita às questões referentes à economia local. O poder provincial prevaleceu sobre os interesses locais, período em que a esfera pública, “comum a todos”, estava sob o domínio do Império. Conforme Franco (1997), com a consolidação de um governo centralizador, sobretudo a partir de 1840, o orçamento público não atendia às demandas das províncias e municípios.

Com relação à população, as referências pessoais, culturais e afetivas, dos primeiros habitantes estrangeiros da colônia ficaram em terra distante, na pátria mãe. Outrossim, o cotidiano, destes, foi permeado pela situação de mobilidade, dispersão e instabilidade. Foi um processo de (re)construção de uma nova realidade e novas circunstâncias com uma bagagem cultural sedimentada, jamais esquecida. No cotidiano dos protagonistas da história, a privacidade

foi “abrindo caminho não só em contra ponto com a formação do Estado, mas também com a formação da nacionalidade” (FRANCO, 1997, p. 133).

A formação da vida privada do trabalhador “livre”

Os trabalhadores negros, que quando cativos, eram propriedade privada, com a abolição, tentaram se organizar em comunidades, sem muito sucesso, e concomitante, sua situação foi agravada pelo grande número de trabalhadores imigrantes europeus que vieram em substituição ao escravo liberto.

Com a conseqüente indigência do negro, sem postos de trabalho, abandonados à sua própria sorte, sobretudo, nas grandes cidades, em precárias moradias coletivas, e ainda com a agregação do grande contingente de trabalhadores imigrantes, foi alterada a ordem pública vigente; que em decorrência do grande adensamento de pessoas em situação de pobreza provocou a falta de moradias, alimentos e o alastramento de doenças. A saúde do indivíduo, que anteriormente era resolvida, na esfera privada, no seio da família, adquire o caráter de saúde pública.

Com um grande contingente de trabalhadores migrantes europeus e a preocupação com o crescente comércio exportador, se por um lado, a garantia da reprodução da força de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores passam a ter interferência do Estado, por outro lado, houve um total descaso com relação à reconstrução da vida privada dos trabalhadores negros que também apresentavam demandas para a superação das amarras oriundas de várias gerações se servidão. A contradição estava posta, o negro construiu sua privacidade nas ruas, por onde passou a circular livremente a despeito do preconceito, da discriminação. Se por um lado, sua presença incomodava, por outro, atendia às necessidades imediatas com a prestação de pequenos serviços, abasteciam os centros urbanos com a distribuição braçal de produtos alimentício e disseminavam valores culturais, expressos por meio da culinária, arte, religiosidade e medicina popular. Após séculos de existência de uma relação de submissão do povo afro-brasileiro, com a abolição da escravatura, alguns deles espalharam-se entre comunidades rurais, fortaleceram os quilombos, e outros, estabeleceram-se em centros urbanos. Com o tempo conseguiram popularizar suas práticas religiosas; causando reprovação por parte da sociedade brasileira e adesão de outra parcela dessa sociedade. Meio às orações e ritos religiosos, há personalidades afro-brasileiras que se destacam como curandeiros e curandeiras, feiticeiros e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

feiticeiras. Como ocorre ainda na atualidade, estes espaços de cura e trabalhos espirituais são procurados por pessoas de diferentes classes sociais, grau de escolaridade e formação cultural, isto publicizou crenças, músicas e costumes, até então restrito às senzalas.

Para garantir a sobrevivência e superar as perdas e referências do cativo, a população afro-brasileira passa a se organizar, não só, motivadas pelo grau de parentesco, mas por afinidade, atividade desenvolvida e mesmo necessidade. São famílias ampliadas que praticavam, preservavam e redimensionavam ritos e atividades que expressavam sua cultura. Lideranças femininas foram forjadas nos cultos, danças, rituais, curas e como parteiras. Dentre as contribuições dos afro-brasileiros, firmou-se as de caráter religiosas, de saúde e culturais; destacou-se: o candomblé, capoeira, carnaval, culinária e forte influência na música e na dança e ainda a ação das parteiras e da cura pela mística religiosa e pelas ervas. A cultura afro-brasileira se impõe, superando a opressão. Assim, a privacidade do afro-brasileiro foi construída no espaço público, onde transitavam há alguns séculos.

Outra situação nova, que contribuiu com a delimitação entre o público e o privado, foi a organização dos imigrantes, não só na preservação de seus costumes como na organização de sua cultura, religiosidade, rituais, celebrações e lazer. A vida espiritual – orações e comemoração familiares – teve, ora aspecto privado; ora público, junto à comunidade, como manifestações religiosas e culturais. As mortes, nascimentos e casamentos passam a ser comemorações com rituais públicos. Também os feriados católicos, após muitas divergências passam a ter caráter público. A estreita relação entre Igreja e Estado contribuiu para que certas manifestações religiosas passassem a compor a esfera pública.

Uma nova configuração nas relações sociais de produção

Com a cristalização do capitalismo, as relações de trabalho tornaram-se parte do interesse público e o Estado passou a intervir nesta relação para não prejudicar a produção com rebatimento na economia do país. A relação de reprodução da força de trabalho se modifica, não é mais como no tempo da escravidão em que o fazendeiro era o único responsável pela produção e como proprietário podia lançar mão do castigo físico com plenos poderes sobre os escravos e seus familiares. O interesse na produção passou a ser compartilhado entre o Estado, o proprietário e o trabalhador; e cabia aos dois últimos garantir seu sustento e dos seus familiares.

Apesar da discrepância revelada nos diferentes momentos históricos relacionados ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

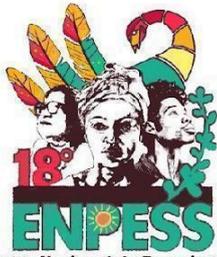
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho, algo aparece como traço comum em todo seu percurso histórico, a produção do trabalho, no sistema capitalista, sempre foi coletiva, pública; e, a apropriação do produto deste trabalho sempre ficou no campo privado. A classe dominante sempre se beneficiou e acumulou riquezas com o produto do trabalhador, seja na condição de escravo, servo, assalariado ou prestador de serviços. No tempo do Brasil Colônia essa apropriação enriqueceu a metrópole; no Brasil Império, a realeza e os senhores da terra; e, na república, os detentores dos meios de produção (empresários, comerciantes e especuladores). Coube ao Estado o papel fundamental de garantir a “estabilidade” das relações sociais de produção, sempre levando em conta o interesse do empregador.

Em uma Nação, cuja relação social conhecida era a que se estabeleceu entre senhores e escravos, ignorava-se por parte de toda população, e, principalmente por parte dos fazendeiros, sobre como agir e comportar-se em face à nova realidade onde a mão de obra era remunerada. Com os trabalhadores livres, o imigrante europeu, a relação de favor e compadrio, característica do espaço privado, continuou existindo no regime de trabalho do colonato. Os fazendeiros, quando contratavam os imigrantes, davam preferência para aqueles que já tinham família para organizar a produção e fortalecer os vínculos, propiciando uma relação pautada na dependência.

O desafio estava posto: os senhores de escravos e seus descendentes deveriam assimilar e respeitar os direitos e a privacidade dos trabalhadores livres. Foi com a imigração européia que ocorreu uma reconfiguração da relação entre os valores público e privado, devido a uma cultura diferenciada com relação aos costumes, crenças, hábito alimentar e, sobretudo, organização social e política. Os imigrantes, em especial, italianos e espanhóis tinham desenvolvido idéias sobre novas formas de organização social: como o socialismo, comunismo e anarquismo. Sempre que desrespeitados em seus direitos, rebelavam-se coletivamente contra os fazendeiros, utilizando estratégias diversas que prejudicavam a produção. Este comportamento obrigou os empregadores a construir uma nova forma de relação; não se tratava de apenas troca de favores, submissão, humilhação e chantagem; foi necessário aprenderem a negociar e fazer algumas concessões que pudesse atender a demanda do coletivo; e ao mesmo tempo, respeitar a individualidade e privacidade dos trabalhadores e seus familiares.

O regime republicano inicia-se com uma intrigante contradição: por um lado, um alto índice de pessoas analfabetas, por outro, rico em atividades culturais, sobretudo no Rio de Janeiro. E ainda, após a abolição da escravatura, o negro leva para sua nova condição de homem livre os valores distorcidos vivenciado no cativo, isto é, homem livre não trabalha, homem livre



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se impõe e domina. A questão da moradia, que até próximo ao meado do século XX estava na esfera privada, com a emergência das classes populares a falta de habitação nos centros urbanos e a escalada da especulação imobiliária, tomou caráter público. Inicialmente na tentativa de resgatar os espaços privilegiados da elite, em especial no Rio de Janeiro, o poder público interfere por meio de leis que regulamentam o uso do solo. As novas circunstâncias contribuíram com a formulação de políticas urbanas e ainda em 1928 a lei dos condomínios que garantia a privacidade da família e a propriedade, mesmo que a moradia estivesse em um espaço compartilhado com outros moradores.

Na zona rural, nas fazendas, ficaram conhecidas como “colônias” as casas dos trabalhadores rurais que construía m cômodos enfileirados, geralmente geminados para abrigar as famílias. Nas colônias era comum um espaço coletivo para se cozinhar, em especial nos dias de festas e comemorações, comuns entre os imigrantes.

As relações trabalhistas na República permaneceram confusas. Houve dificuldade, por parte dos fazendeiros na adaptação ‘a nova realidade. Assim, os contratos de trabalho, do início do século, deveriam deixar claro que o trabalhador livre não poderia ser submetido a castigo físico.

Quando havia uma relação comercial ou política de grande monta entre dois senhores, estes promoviam enlaces matrimoniais entre seus descendentes, ou mesmo apadrinhamento por meio do batismo ou crisma. Assim, todos se tornavam membros da mesma família sem que tivessem qualquer grau de parentesco, isto fortalecia os interesses privados. O congreamento interétnico não ocorreu, com freqüência, no Rio de Janeiro e São Paulo, pois o convívio entre negros e brancos eram comerciais e jurídicos. Entretanto, o estudioso naturalista Saint-Hilaire (1982), no relatório de viagem sobre sua incursão pelo interior do país, identificou que essa forma de relação esteve presente na constituição das famílias no interior de Goiás.

O personalismo na administração do bem público

Embora tivesse incorporado algumas políticas públicas, o Estado só interferia diretamente quando o “problema” abalava a economia do país – como no caso das epidemias –. A saúde do trabalhador estava na esfera privada, isto é, caso este fosse acometido por alguma moléstia, ficando incapacitado para trabalho remunerado, seus familiares deveriam assumir o seu sustento, ou esta pessoa estava fadada a perambular pelas ruas na busca de auxílio de cidadãos e cidadãs



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“de boa vontade”. Havia ainda a possibilidade de serem atendidos por entidades filantrópicas, mas estas em geral se dedicavam ao atendimento das crianças “abandonadas”. O abandono de crianças foi intenso, em especial das afro-brasileiras. À parte das orientações tradicionais e religiosas, as relações inter-raciais ocorriam sob a forma de dominação dos senhores com suas escravas. Na zona rural, as crianças que nasciam deste tipo de relação eram incorporadas nos grupos familiares, no espaço urbano, estas crianças, muitas vezes eram abandonadas ou entregues às instituições religiosas.

A legislação superou seu caráter de regulamentação e passa a interferir na vida privada com determinações de como deveria ser as atribuições do casal e seu comportamento em público. A representatividade pública da família era o homem, o código civil de 1916 deixava claro o subjugado da mulher ao marido, entretanto a responsabilidade da manutenção da família e criação dos filhos era dos cônjuges. Isto marcou um avanço com relação ao código civil de 1890, onde a responsabilidade era exclusivamente do homem (MOTT, 1998).

Mesmo reconhecendo os instrumentos utilizados pelo Estado de direito para orientar, regulamentar e normatizar as ações – leis, decretos, portarias, planos e projetos –, em Caldas Novas o mercado e o poder econômico se confunde com o poder político e se sobrepõe ao poder jurídico. No início do século XX, houve uma certa intenção, revelada em alguns discursos e presentes na memória de alguns populares caldenses, de que a exploração, dos recursos minerais, pudesse ser revertida em um bem público.

Resquício desta vontade política pode ser testemunhada por meio da existência do Balneário Municipal que atende a toda população mediante o pagamento de uma taxa para a manutenção do balneário. E, ainda no caso do Clube Termas de Caldas (CTC) houve uma vontade de que este clube pudesse ser disponibilizado para toda a população. Entretanto o apelo do mercado superou a utopia de alguns jovens daquela época. O local onde foi erigido o CTC, dotado de minas de águas quente, foi o local mais representativo de Caldas Novas até o final dos anos 1950. Era um espaço público, democrático disponível à população para banhos e lazer. A imagem bucólica do município, antes que este se convertesse em pólo turístico, foi durante determinado tempo vivenciada pelos habitantes do local que utilizavam as três fontes existentes para tomar banho em banheiras naturais escavadas nas pedras ou em bicas conduzidas por canos condutores.

A expectativa de modernização não ocorre em Caldas Novas de forma isolada, trata-se de um processo que vem sendo firmado no país, em especial a partir no final do século XIX.

Na perspectiva da vida privada, o advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades causadas pela sociedade escravagista (SALIBA, 1998, p. 292).

O período republicano possibilitou maior desenvolvimento dos Estados e municípios, decorrente da maior autonomia econômica com a possibilidade de realizarem empréstimos e terem participação da receita de exportação.

A comunidade política comanda e conduz a esfera pública, sob a interferência de interesses individuais conduzidos pelo poder econômico. Faoro (2001) refere-se ao capitalismo político quando o poder político econômico e territorial do Estado é para fins políticos e ao mesmo tempo de natureza particular, neste caso cabe ao Estado administrar os conflitos e garantir o direito do indivíduo. O que ocorre, então, quando o Estado está por demais comprometido com o poder econômico, no caso específico de Caldas Novas, com o poder dos comerciantes que exploram o mercado turístico? Desde as primeiras décadas da ocupação, os políticos e empreendedores que se estabeleceram no local tinham consciência sobre a importância desses recursos e perspectiva da exploração comercial, seja para extração aurífera, tratamento de saúde e/ou lazer. A esfera política e classe política se entrelaçaram, as mesmas pessoas proprietárias de fazendas e de estabelecimentos comerciais ocuparam os cargos públicos de relevância.

Indubitavelmente, nas fontes pesquisadas, a personagem histórica mais destaca no início do século XX foi o Coronel Bento Godoy, que exerceu as funções de comerciante, farmacêutico, fazendeiro e político. Conforme constatamos, foi esse coronel que trouxe, das Índias para o Brasil, as primeiras cabeças de boi Zebu, “o que transformou não só a pecuária da região, mas de todo o Brasil” (CASSIANO, 2001, p.27). A este homem, que conquistou a simpatia de todos graças ao seu conhecimento para tratar doenças como malária, verminose e bócio, foi atribuído o desenvolvimento de Caldas Novas que possibilitou, posteriormente, a implementação do grande pólo turístico.

A personificação da coisa pública e o controle corporativo do Estado presentes no desenvolvimento do país concretizam-se na cidade, pois é onde as pessoas vivem, trabalham, estudam, comercializam o que produzem e onde passam seus momentos de lazer. Os locais aprazíveis para os momentos de descanso e de prazer, com raras exceções, tendem a ser explorados comercialmente passando por um processo de urbanização. Para Lefevre (1999), a sociedade urbana ocorre com o processo de industrialização e com a concentração das atividades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de produção e comercialização.

Foi creditado ao coronel Bento Godoy a articulação política que culminou com a emancipação política de Caldas Novas em 1911 e a passagem de vila para a categoria de cidade (1923). Seu propósito era promover o crescimento acelerado da região, facilitando o acesso de pessoas que procuravam o local em busca de tratamento de saúde e lazer. Era considerado um “idealista” e grande empreendedor, “construiu” o Cine Teatro Íris em 1924, “fundou” a primeira banda da cidade, a primeira tipografia, “instalou” os primeiros telefones (em suas fazendas), “construiu” o primeiro grupo escolar, “construiu” a Usina Hidroelétrica do Pirapitinga. Foi também proprietário dos primeiros veículos da cidade, um *Ford Bigode* e um caminhão *Chevrolet*. Com habilidade política e popularidade o coronel vislumbrou e empreendeu a exploração comercial das águas quentes, inicialmente para tratamento de saúde.

Destacou-se, entre os “grandes feitos” do coronel Bento de Godoy, como seu desprendimento em disponibilizar recursos pessoais para a construção de uma obra pública, a construção da ponte a ponte pênsil sobre o Rio Corumbá, iniciada em 1918 e inaugurada aos 31 dias do mês de janeiro de 1920 (CASSIANO, 2001, p. 29).

O discernimento da necessária dissociação do espaço público e privado pode tornar-se difícil, pois, o trânsito entre as esferas (pública e privada) é uma constante no comportamento e postura daquele que “apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado. E ainda, “os recursos oficiais eram escassos, compensando-se essa falta pelas incursões aos bolsos dos cidadãos e das autoridades” (FRANCO, 1997, p. 130-131).

No processo contraditório de constituição da sociedade e Estado, desenvolve-se a esfera pública, “mas de modo tal que ela mesma se torna parte do setor privado”. E ainda, na sociedade burguesa, a separação radical entre a esfera pública e privada, “significa inicialmente apenas o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada” (HABERMAS, 1984, p. 169).

A prática de cidadãos comuns arcarem com gastos para execução de serviços e bens públicos contribuiu para que o Estado passe a ser apropriado pelo indivíduo, considerando que o patrimônio público foi construído, ao menos em parte por este indivíduo. Não por meio dos impostos, mas por meio de uma participação direta.

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamentam, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à

sua guarda (FRANCO, 1997, p. 131).

A falta de uma política orçamentária e financeira era vista com “naturalidade”. “Não se cobrava dos correligionários”, portanto, “quase ninguém pagava impostos” (GODOY, 1993, p. 62). A estrutura administrativa era precária; a divisão e delimitação dos poderes eram confusas; e, a separação do setor fiscal do setor pessoal, inexistente (FAORO, 2001). A relação de compadrio e de parentesco confundia-se com relações político-partidárias e com a legitimidade dos direitos e deveres do cidadão.

Sobre essa relação que o cidadão estabelece com o Estado, Machado de Assis escreve uma crônica sobre o déficit público e sobre a greve das charutarias em decorrência do aumento dos impostos. O cronista constata um certo distanciamento, por parte da população com relação aos problemas enfrentados pelo Estado. “Uma coisa é o Estado, outra coisa é o particular” (SALIBA, 1998, p. 293). Trata-se de uma relação dialética, pois, ao mesmo tempo em que o público e o privado se mesclam, a ponto de parecer impossível as delimitações das instâncias, no tocante às responsabilidades e atribuições que revelam o direito e dever do cidadão, a preocupação não é compartilhada a não ser quando o “indivíduo” está diretamente envolvido em determinada situação e/ou quando esse poderá ser individualmente prejudicado.

A situação exposta anteriormente observada, principalmente com relação ao déficit público e com relação à política tributária. Primeiramente, há um descaso com relação ao déficit público, pois cidadãos e cidadãs não se sentem atingidos ou prejudicados pela situação econômica do Estado. Por outro lado, a população se manifesta de pronto e se posiciona com relação à carga tributária, como se a situação em tela não estivesse imbricada em uma questão política e econômica complexa e de interdependência.

Conclusão

O homem transita entre o espaço público e o privado em uma relação dialética. No Brasil, na Constituição Federal de 1988 e, nas leis que a regulamentam, como é o caso da Lei Complementar 101/2000, foi delineada com maior rigor a vigilância fiscal e a separação da esfera pública e privada.

Com a crescente complexidade das relações sociais de produção, no Brasil, final do século XX, as questões sociais emergem, expondo uma demanda que exige enfrentamento por parte do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estado. Algumas dessas questões, em passado próximo, eram consideradas “problemas” individuais passíveis de serem superados no âmbito privado, no interior da família. Isto é, as demandas pertinentes às pessoas da terceira idade, portadoras de necessidades especiais, ou mesmo crianças em estado de abandono, eram “resolvidas” por meio de ajuda mútua e/ou solidariedade de familiares. Mediante o processo de industrialização e urbanização, tais questões são redimensionadas e tornaram-se públicas. Parcela da população, privada dos serviços disponíveis desvela as contradições sociais, políticas, econômicas e culturais, alterando a “ordem” social. Nas décadas que sucederam a instauração do regime republicano, a

República criou uma cidadania precária, porque calcada na manutenção da iniquidade das estruturas sociais; acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país, cobrindo-as com a roupagem do federalismo difuso da ‘política dos governadores’ ou com a continuidade daquela geografia oligárquica do poder, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 1998, p. 291).

A falta de legislação municipal abrangente que oriente e normalize o uso do solo, propiciou um crescimento desordenado do Município de Caldas Novas com o privilégio de atendimento aos interesses privados em detrimento dos interesses públicos e do fortalecimento da identidade cultural da população local.

Para Ribeiro (2000), há de se mudar o modo como é tratada a coisa pública, uma vez que para esse autor, corrupção não é a penas a usurpação da coisa pública, mas o modo como esta é tratada. A esfera pública e privada insere-se na vida social do homem, transita do campo das necessidades de sobrevivência e atinge o campo do sucesso econômico do indivíduo, é uma relação contraditória perpassada por interesses e necessidades.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Celso Lafer. Rio de Janeiro, RJ: Florense Universitária, 2007.

CASSIANO, Ricardo. *Caldas Novas: da mineração ao turismo, anos 90*. 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Globo, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo, SP: Fundação Editora da Unesp, 1997.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GODOY, Maria Cândida (Rolinha). *O mistério das águas azuis: conto o que vi e ouvi*. Goiânia, GO: Gráfica O Popular (Produção independente), 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kote. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

MOTT, Maria Lúcia e MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol. III. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, vol. I e II. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997, p. 322.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste F. C. de. As águas termais chamadas Caldas Novas; Caldas Velhas Caldas de Pirapitinga. In: ORIENTE, Taylor. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Goiânia, GO: Editora Oriente, 1982.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, vol. III, 1998.